

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

JORNAL DA fisenge

Ano VI nº 48
maio - 2011



Entrevista
Fernando Carneiro
Página 8



América Latina em disputa: unidade para conquistar soberania

Integração da América Latina. Este é um dos temas centrais a ser debatido no 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), que será realizado em Porto Velho, Rondônia, entre os dias 7 e 10 de setembro. O papel da engenharia diante de um novo contexto geopolítico de integração regional é um dos desafios. A América Latina vem se fortalecendo por meio do avanço de governos progressistas, de esquerda e de centro-esquerda, mas muito está por vir. Para contar sobre o processo histórico e abrir essas novas portas que se colocam diante de nós, o **Jornal da Fisenge** entrevistou historiador Valter Pomar, autor desta tese, uma das que subsidiará o 9º Consenge.

Páginas 4 e 5

Senge-PE instala diretoria regional

Sistematizar as visitas dos dirigentes do sindicato aos órgãos públicos e empresas da construção civil; levantar a quantidade de engenheiros de Recife; e conscientizar a categoria sobre a importância da participação em uma entidade sindical. Estas são algumas das prioridades da Diretoria Regional da Região Metropolitana do Recife, criada pelo Senge-PE, com o objetivo de fortalecer sua integração com os engenheiros e a sociedade pernambucana como um todo.

Página 3

Coletivo de Mulheres lança cartilha sobre direitos

No dia 29 de abril, foi lançada pelo Coletivo de Mulheres da Fisenge a cartilha *Principais direitos das mulheres profissionais*, cuja principal finalidade é conscientizar as trabalhadoras sobre seus direitos nos campos da saúde e segurança. Na ocasião, também foi realizado um seminário sobre a importância de permanentes discussões sobre questões de gênero e a pouca representatividade da mulher em cargos de decisão.

Página 6

EDITORIAL

Sociedade, Energia e Meio Ambiente

O Congresso Nacional dos Sindicatos de Engenheiros (Consenge) chega a sua nona edição com a perspectiva de promover e avançar no debate sobre os desafios que a categoria tem a enfrentar.

Com a proposta de definir para o próximo triênio as ações sindicais, a seleção dos temas *Sociedade, Energia e Meio Ambiente* aponta para um significativo salto: capacita a categoria para intervir de maneira qualificada em temas de grande relevância na política nacional e também contribui para a formação política.

Com a apresentação de teses de autoria de Ermínia Maricato, Valter Pomar e Ildo Sauer, tratando respectivamente da Cidade Sustentável; Integração Latinoamericana e Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento estão começando os debates em 10 estados e 11 sindicatos para a sistematização das propostas que serão levadas a plenário em Porto Velho, Rondônia, de 7 a 10 de setembro.

Isso ocorre no contexto de um novo ciclo de desenvolvimento que projeta a engenharia em um cenário sem precedentes na história do país e faz crescer, na mesma proporção, a importância de temas como, por exemplo, A Cidade Sustentável. Na mesma linha, não menos relevante do ponto de vista político, econômico e social, é a ampliação, na última década, de alianças solidárias com países latinoamericanos pautadas pelo aumento de transações comerciais, sobretudo, com o advento do pré-sal.

Contribuir para uma sociedade mais justa traz a engenharia cada vez mais perto da construção de cidades sustentáveis. Trabalhar o conceito da cidade para todos é passo decisivo para democratizar o espaço urbano. E assim por diante, os temas em pauta no 9º Consenge marcam um novo momento da história dos nossos congressos: ampliam a visão, democratizam a informação e politizam a ação.

A Diretoria

HISTÓRIA

Confea abre linha de crédito para publicação sobre memória das entidades

Foi realizada, no dia 5 de maio, a primeira reunião entre os comitês que compõem o Colégio de Entidades Nacionais (CDEN). Na pauta foram discutidos temas como planos de ação do CDEN para 2011 e o projeto de Fortalecimento e Memória das Entidades, que estabelece uma linha de crédito para a publicação de um livro sobre a memória das entidades. O presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, coordena o Comitê de Desenvolvimento Nacional, que articula um programa de desenvolvimento para o Brasil.

De acordo com o coordenador do CDEN, Ricardo Nascimento, esta iniciativa tem o objetivo de valorizar a participação dos comitês, além de descentralizar e dar autonomia aos coordenadores. “A primeira reunião dos coordenadores dos comitês foi da maior relevância para o Cden, pois os comitês foram formados em 1995”, contou.

Memória das entidades

Após reunião com a coordenação do CDEN – referendada pelas entidades – e o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, foram disponibilizados R\$ 1.700.000 ao projeto de Memória e Fortalecimento das Entidades. “Algumas entidades existem antes mesmo antes da criação do Sistema Confea/Creas. Inclusive, estas foram protagonistas na elaboração e aprovação do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor”, explicou Ricardo Nascimento. Cada entidade terá R\$ 50 mil para produzir o livro de me-

mória. “Esta é uma importante iniciativa para registrar a história, a atuação, as conquistas e as lutas acumuladas por anos pelas entidades. Contar a história de cada uma delas fortalece a história do próprio Sistema”, disse o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt.

Os comitês

O CDEN tem quatro comitês: de Desenvolvimento Nacional, de Legislação Profissional, de Organização e Comunicação e de Educação e Ética. O Comitê de Legislação Profissional, coordenado pelo presidente da Federação Nacional dos Engenheiros Agrimensores (Fenea), Reinaldo Sabadotto, propõe o aperfeiçoamento da revisão da legislação profissional, do Salário Mínimo Profissional, das atribuições profissionais e sua aplicação e implantação. O Comitê de Organização e Estruturação trata do funcionamento e do regimento do CDEN, dos serviços para as entidades, da circulação de informação, do Conselho de Comunicação e Marketing do Confea e da Soeaa e é coordenado por Hely de Andrade Júnior, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Química (Abeq). A presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança (Sobes), Marlise Matosinhos, coordena o Comitê de Educação, Ética e Exercício Profissional, que trata da campanha permanente para divulgação e aplicação do Código de Ética. Já o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, coordena o Comitê de Desenvolvimento Nacional, que articula um programa de desenvolvimento para o Brasil.

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente;** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente;** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro;** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário-Geral;** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR/RJ - **Diretor de Relações Sindicais;** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo;** Eduardo Medeiros Piazeria - SC - **Diretor Executivo;** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo;** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo**
Coordenadora de Comunicação: Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Camila Marins MTB: 47.474-SP; **Diagramação:** Stefano Fialgo;
Colaboração: Alexandre Braz e Fernanda Freire; **Tiragem:** 3.000 exemplares; **Impressão:** Reproarte; **Fisenge:** Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - **E-mail:** fisenge@fisenge.org.br **Site:** www.fisenge.org.br

Senge-PE abre novas portas com criação de diretoria regional



Transcender o conceito de um sindicato urbano. Este é o objetivo da diretoria da Região Metropolitana de Recife (RMR), de acordo com o presidente do Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco (Senge-PE), Fernando Freitas. Recém-instalada, a diretoria regional irá sistematizar as visitas dos dirigentes do Senge-PE aos órgãos públicos e empresas da construção civil; levantar a quantidade de engenheiros da capital; e conscientizar a categoria sobre a importância de se filiar a uma entidade sindical.

A criação desta diretoria faz parte das ações de implantação pautadas no Planejamento Estratégico do sindicato. Quem assumiu a diretoria do órgão foi Gaio Barrocas, que tomou posse no dia 31 de março. “Esta iniciativa abre os horizontes do sindicatos, não somente na região metropolitana como também no interior do estado, especialmente nos grandes polos industriais, como Ca-

ruaru e Suape”, explicou Freitas.

Prevista no Estatuto do Senge-PE e apoiada no Planejamento Estratégico em implantação pela entidade, a diretoria da RMR é a primeira etapa do processo de estadualização do sindicato, que também prevê a instalação de representações em outras regiões do estado. Elaborado a partir de um seminário realizado em 19 de fevereiro, o Planejamento tem suas ações agrupadas em cinco categorias bem definidas, que visam, entre outras coisas: reestruturar o Senge-PE e melhorar seus processos internos; estabelecer critérios de sustentabilidade da instituição; expandir sua atuação, sobretudo no que se refere à prestação de serviços aos associados; melhorar comunicação com os sócios e deflagrar campanhas para ampliar o quadro de filiados.

Abril de luta: 45 anos de Salário Mínimo Profissional e 28 anos de Seagro-SC

Abril é o mês que marca os 45 anos da Lei 4.950-A – que estabelece o Salário Mínimo Profissional (SMP) – e os 28 anos do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro-SC). Uma justa remuneração é um dos elementos que caracteriza uma verdadeira valorização profissional. E Santa Catarina tem sido um dos estados de destaque pelo cumprimento do SMP. Vários processos se arrastaram por muitos anos, mas as empresas acabaram pagando os valores atrasados em mais de 15 ações movidas pelo departamento jurídico da entidade.

“Desde a sua fundação, em 19 de abril de 1984, uma das bandeiras do Seagro-SC tem sido a questão do SMP. Diversas atividades foram realizadas ao longo do tempo, além de uma boa repercussão no jornal bimestral, que chega a todos os profissionais, independentemente de serem associados ou não”, contou o presidente do Seagro-SC, Jorge Dotti. Embora seja lei, muitos governos e empresas não adotam o SMP e, além disso, existem ações na justiça contestando o seu mérito. Com o objetivo de defender e respaldar a lei, a Fisenge, juntamente com outras

entidades, entre elas o Seagro, apresentou um *Amicus Curiae* no Supremo Tribunal Federal. Este recurso apresenta argumentos que apontam a constitucionalidade do SMP.

Dotti lembrou que, no final da década de 90 e início deste novo século foram concentrados esforços em ações administrativas de negociação e ações trabalhistas. “Com o resultado deste trabalho, as empresas públicas – Epagri e Cidasc – passaram a pagar o SMP por determinação judicial em 2003. No setor das empresas privadas, conseguimos instituir anualmente como cláusula das convenções coletivas o cumprimento do nosso piso salarial”, afirmou.

Além da luta contra os ataques ao SMP, ainda existem muitos desafios, entre eles a expansão da aplicação da lei tanto no setor público como no privado. “Para isso, é necessária uma atuação muito mais intensa não apenas dos sindicatos, como também das diversas entidades que envolvem a categoria, como associações de classe e os próprios Creas, além de uma mobilização local em relação a cada uma das prefeituras que pagam salários vergonhosos”, concluiu Dotti.

Sindicatos filiados



CAPA

Admirável mundo novo: América Latina na efervescência geopolítica

Atenta à conjuntura geopolítica dos povos da América Latina, a Fisenge terá como pontos de discussão em seu 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) a integração da América Latina

É comum as pessoas olharem para o Velho Mundo e também para os Estados Unidos da América (EUA) e notarem diferenças hercúleas na forma de desenvolvimento. Isso porque muitos países desses continentes foram construídos a partir da exploração de países das Américas Central e do Sul e da África. Este fato fez com que o capitalismo fosse construído e consolidado, e também com que os países explorados reproduzissem um desenvolvimento baseado na exploração e opressão. No entanto, a história se movimenta e os avanços são reconhecidos, especificamente nas Américas Central e do Sul. E é este um dos temas a ser debatido no 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge): a integração da América Latina.

Ao longo dos anos, a América Latina vem se fortalecendo e surgiu a iniciativa da construção da Alternativa Bolivariana das Américas (Alba), em contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). De acordo com o historiador Valter Pomar, e autor de uma das teses que subsidiarão os debates do 9º Consenge, a região que conhecemos hoje como América Latina e Caribe jogou um papel importante no surgimento e desenvolvimento do capitalismo, desde a acumulação primitiva até o momento atual. “Que papel continuará jogando, dependerá de dois processos. Um processo é a disputa entre EUA/aliados versus BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). O outro processo é a hegemonia de partidos de esquerda nos governos da região sul da América Latina”, afirmou.

Pomar ainda acredita que o primeiro processo pode transformar a região num dos polos de uma nova fase do capitalismo. “Já o segundo processo pode transformar a região num dos polos de uma nova tentativa de superação do capitalismo”, complementou. Os países latino-americanos onde governam forças

marcadamente de direita são: México, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Peru, Chile e Honduras (Manuel Zelaya sofreu um golpe de Estado). Já entre os governos progressistas, de centro-esquerda e de esquerda estão: Cuba, Venezuela, Nicarágua, El Salvador, Brasil, Equador, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Argentina e República Dominicana. Destes, o Brasil se destaca, não somente pela diferença de idioma como também pelo risco de assumir um papel que reproduza um modelo imperialista.

A tese Integração da América Latina, de autoria de Pomar, debatida em Conselho Deliberativo da Fisenge no dia 30 de abril, já começa a ser encaminhada aos sindicatos filiados à federação, que realizarão encontros preparatórios de modo a levar propostas ao plenário do 9º Consenge.

Crise financeira

Em 2008, uma crise, iniciada nos EUA, marcada pela derrocada do setor imobiliário e a maioria dos imóveis hipotecados, riscou o teto de vidro da hegemonia norte-americana. Isso porque a vinculação ao dólar fez com que acontecesse um processo de crise em cadeia mundialmente. “Os Estados Unidos vão fazer de tudo para deter e reverter o declínio de sua hegemonia. Portanto, farão uso de seus instrumentos: o controle da moeda mundial, o dólar; a hegemonia militar; e a hegemonia nos meios de comunicação. A julgar por outros processos semelhantes, viveremos um longo período de instabilidade internacional, marcado por guerras, crises econômicas e políticas, revoltas sociais e, espero, revoluções”, explicou Valter Pomar. Dentre os desafios colocados na disputa pela hegemonia, o historiador pontua alguns: realizar transformações estruturais, investir no processo de integração regional e saber que tudo isto implica em desafiar a hegemonia dos Estados Unidos.



O historiador Valter Pomar, autor da tese Integração Latina para o 9º Consenge, acredita que estamos em muitos desafios

Integração regional

Um dos grandes desafios da integração latino-americana refere-se à conexão regional. E nesse contexto, a engenharia brasileira exerce papel fundamental e se propõe a contribuir para avançar. Dentre as iniciativas, existe o Consórcio Binacional para Integração e Desenvolvimento Sustentável (CBIDS) entre Brasil e Bolívia, criado em Rondônia. Com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico desta região – compreendida entre os rios Madeira, Guaporé, Mamoré, Madre de Dios e Beni – e também onde seus afluentes tenham influência, o convênio surgiu a partir de uma articulação de diversas entidades, entre elas o Sindicato dos Engenheiros de Rondônia (Senge-RO), o Conselho Federal da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia (Confea), além de prefeituras, câmaras dos vereadores e associações comerciais de quatro municípios (dois brasileiros: Guajará Mirim e Nova Mamoré em Rondônia; e dois na Bolívia: Guayará Merim e Riberalta).

De acordo com o presidente do Senge-RO, Jorge Luiz da Silva, o consórcio avaliará os impactos sociais, econômicos e ambientais dos projetos destinados à re-

Agência Petrobras



Reprodução

o da América
em tempos de

Um dos objetivos do CBDIs é o estudo e o controle de impactos de grandes obras em comunidades ribeirinhas



Pomar Valter - Rio de Janeiro - 7 a 10 de setembro de 2011

gião. “Também está na pauta a construção de uma ponte – orçada em R\$ 300 milhões e incluída no orçamento da União para este ano – ligando Brasil e Bolívia; a hidrelétrica binacional de Ribeirão – com projeção para gerar 3 mil megawatts de energia – e uma hidrelétrica do lado boliviano com capacidade para gerar 780 megawatts”, explicou.

Este representa um importante passo para a integração continental e segundo Jorge Luiz, o CBIDS tem a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população e maximizar a utilização dos recursos existentes. “Desta forma, com a contribuição da engenharia, troca de conhecimentos e tecnologia, poderemos criar mais um eixo de desenvolvimento para o estado de Rondônia”, concluiu Jorge.

Vale destacar que qualquer ação promovida pelo CBIDS terá como parâmetro a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente. Por isso, os estudos sobre os impactos dessas obras têm sido priorizados. “As comunidades ribeirinhas que estão localizadas na área de intervenção das hidrelétricas (Ribeirão e Cachoeira Esperança, esta última em território boliviano) serão as primeiras a

“Os EUA vão fazer de tudo para deter e reverter o declínio de sua hegemonia. Farão uso de seus instrumentos: o controle da moeda mundial, o dólar; a hegemonia militar e nos meios de comunicação”, Valter Pomar.

sentirem os impactos das obras. Em função disso, o consórcio visa antecipar, principalmente para estas comunidades, quais os prejuízos e benefícios advindos da intervenção”, pontuou o pedagogo, jornalista e coordenador de imprensa do

município de Nova Mamoré, Simon Oliveira dos Santos.

Além disso, Simon acredita que é fundamental propor para essas pessoas como elas poderão se beneficiar de forma permanente e duradoura dos royalties das hidrelétricas, visando à melhoria da qualidade de vida. Em um contexto maior, também poderá ser feito um estudo, no qual serão levantados dados concernentes a educação, saúde, economia, cultura e meio ambiente. Este diagnóstico deverá pautar três momentos: dados atuais; dados que deverão ser levantados durante a construção das hidrelétricas; e dados para depois da construção”, finalizou Simon, que também é autor de tese de mestrado sobre a Vila Murinho, uma das principais vilas ribeirinhas a serem impactadas com a construção da hidrelétrica.

As finalidades deste convênio são muitas, como trabalhar para que os municípios e distritos ribeirinhos entre Brasil e Bolívia, sejam um ambiente economicamente desenvolvido, socialmente justo e ecologicamente sustentável, além de promover a cultura de planejamento e de desenvolvimento urbano nas cidades.

GÊNERO

Coletivo de mulheres realiza seminário e debate práticas discriminatórias

Durante o seminário, realizado na sede da Fisenge no dia 29 de abril, foram debatidas políticas de gênero e a representatividade feminina nos espaços

Gêneros diferentes, direitos iguais. Este slogan resume bem o contexto do Seminário Mulher, Trabalho e Participação Sindical promovido pela Fisenge no auditório do Senge-RJ, no dia 29 de abril. Proposto pelo coletivo de mulheres da federação, com a participação de lideranças de todos os sindicatos filiados, o evento representou um passo histórico na consolidação da Diretoria de Gênero e na luta das engenheiras por maior presença no movimento sindical. Abriam o encontro o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, e a diretora e coordenadora do Coletivo de Mulheres, Márcia Nori.

Em pauta, a importância de permanentes discussões sobre questões de gênero, a pouca representatividade da mulher em cargos de decisão dentro dos sindicatos e empresas e a crescente necessidade de um maior número de mulheres nas entidades para que conquistem mais espaços. Como parte das atividades, ainda na abertura, foi apresentado um esquete teatral que trouxe à tona os conflitos da vida pessoal, profissional e sindical da mulher militante na sociedade moderna.

Desigualdade inexplicável

A professora de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Bila Sorj destacou os enormes avanços conquistados pelas mulheres ao longo dos tempos, lembrando que, apesar da legitimidade do trabalho da mulher, elas ocupam as piores áreas do mercado de trabalho e na informalidade. “Mesmo sendo tão ou mais capacitadas que os homens, elas continuam ganhando em média 30% menos que os homens, o que é inexplicável”, afirmou Bila.

“Essas diferenças são ocasionadas principalmente por três fatores: a ausência de políticas públicas, a baixíssima distribuição dos afazeres domésticos e a organização do trabalho, que foi toda elaborada sob a ótica masculina”, esclareceu a socióloga. Analisando as perspectivas, Bila Sorj vê o sindicalismo caminhando junto com as mulheres, frisando, que a igual-

dade no mundo passa necessariamente pela igualdade de gênero.

Já a secretária de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba, Giucélia Araújo, tratou da militância como instrumento de mobilização e destacou a importância de uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Segundo Giucélia “é fortalecendo a base de cada categoria que se consegue atingir a sociedade como um todo”.



Cerca de 50 pessoas participaram do debate sobre políticas de gênero

Helena de Bragança, assessora de Planejamento e Coordenação da Eletrobrás, abordou especificamente a experiência de Furnas no campo da implantação de políticas de gênero. A sindicalista Mara Feltes, vice-presidenta da Uniamérica Mulheres, abordou a negociação global nas empresas. Mara falou que era contra co-

tas para mulheres, mas disse ter mudado de opinião quando passou a ver a realidade do mundo do trabalho. “As cotas não são a solução, mas são um meio de se chegar lá”, afirmou.

Principais direitos

Sob a coordenação de Márcia Nori e, junto com Simone Baía, também responsável também pela organização, o Coletivo de Mulheres da Fisenge lançou,

durante o seminário, a publicação *Principais direitos das mulheres profissionais*, com o objetivo de servir como instrumento de luta das mulheres por seus direitos no mercado de trabalho. “A luta pelo cumprimento desses direitos deve ser incessante e diária e realizada por homens e mulhe-

res. Considerando que cada trabalhadora, independentemente de sua profissão ou história de vida, é uma cidadã, o Coletivo avalia serem de utilidade pública os esclarecimentos sobre os deveres e os direitos da mulher trabalhadora contidos nesta cartilha”, comemoram Márcia Nori e Simone Baía.

Para o presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt, essas primeiras conquistas apenas apontam para um projeto maior. “O salto de qualidade é, a partir da participação no sindicato, trazer as engenheiras às entidades e, assim, participarem das direções dos sindicatos, nas negociações coletivas e em outras funções sindicais”, afirmou. Encerrando o histórico encontro Bittencourt deu ênfase ao desenvolvimento dos debates e mobilização das mulheres nos sindicatos. “Está no trabalho de base único o caminho para consolidar de maneira efetiva a participação das mulheres”, concluiu.

“A luta pelo cumprimento desses direitos deve ser incessante e diária e realizada por homens e mulheres”, comemoram Márcia Nori e Simone Baía.

REFORMA URBANA

Ermínia Maricato apresenta tese sobre cidades sustentáveis

Em reunião do Conselho Deliberativo, realizada no dia 30 de abril, na sede da Fisenge, a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato debateu propostas que envolvem a democratização das cidades

“A crise ambiental se impôs na agenda política não só do Brasil como no mundo no final do último século e no início do atual. Há consenso sobre a necessidade de mudança, mas não há consenso sobre as causas e também sobre a profundidade das medidas a serem tomadas. Há resistências - ou interesses - muito fortes contra as mudanças, e elas são especialmente fortes no meio urbano. E mais ainda nos países emergentes e periféricos”. A afirmação é da arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, responsável pelo desenvolvimento da tese A Cidade Sustentável, apresentada às lideranças sindicais dia 30 de abril na sede da Fisenge e a ser debatida no 9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge).

Em sua exposição sobre o tema, Ermínia posiciona o Brasil como uma das sociedades mais desiguais do mundo e aponta os fatores que dificultam a vida nas grandes cidades brasileiras. “A ocupação desordenada da terra, a falta de controle sobre o uso e a ocupação do solo, a especulação fundiária e imobiliária sem regulação, a segregação urbana, o crescimento exponencial de favelas, os desastres decorrentes de desmoronamentos com mortes e até mesmo a alta taxa de impermeabilização do solo causadora de enchentes constantes, são causas articuladas de um processo que tem a valorização imobiliária no seu núcleo central”, afirmou.

A partir de sua visão crítica, a análise do conjunto de obras que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mostra que ele não inova no que se refere a uma nova atitude em relação à questão ambiental, especialmente no que se refere à energia. De fato, várias mega obras relacionadas à infraestrutura econômica foram resgatadas da antiga orientação seguida pelo Regime Militar, contrariando a necessidade de repensar um plano inovador orientado por uma nova atitude – sustentável – de planejamento de Estado. Na área do saneamento ambiental, conquistas da pri-



“A crise ambiental se impôs na agenda política não só do Brasil, como no mundo no final do último século e no início do atual”, Ermínia Maricato

meira equipe que ocupou a Secretaria Nacional do Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades foram perdidas e obras insustentáveis - como o tamponamento de córregos e a impermeabiliza-

Cidades sustentáveis para democratizar a sociedade

ção de calhas de vales - tiveram financiamento retomados, repetindo erros dos anos da ditadura.

Segundo Ermínia, o mesmo não se pode dizer das obras do PAC-Habituação. “Elas constituíram uma inovação como prática do Governo Federal”, reconhece. O programa priorizou a urbanização de áreas precárias investindo na construção de bairros saneados sem a remoção da maior parte da ocupação já consolidada. Pela primeira vez na história do país, as chamadas obras de urbanização de favelas atingem importância e escala sem precedentes. O PAC-Habituação dialoga com a cidade real, com o passivo urbano, com a cidade informal repassando recursos para prefeitos re-

cuperarem bairros inteiros, verdadeiros focos de epidemias e insalubridade.

Já o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) não seguiu essa lógica. Dialogando fortemente com o setor empresarial do mercado residencial (incorporadores e construtores), carregando recursos financeiros inéditos, mas deixando intocada a base fundiária, o MCMV contribuiu para repetir erros e falhas verificados durante o período de vigência do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Concluindo, Ermínia previu que o atual programa do Governo Federal, repetirá erros de programas habitacionais do passado.

Ermínia Maricato é professora titular (1997) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo; professora visitante da University of British Columbia/Center of Human Settlements, Canadá (2002), e da University of Witswaterhand of Johannesburg, África do Sul (2006). Foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo (1989/1992), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1998/2002) e ministra adjunta das Cidades (2003/2005).

ENTREVISTA **FERNANDO CARNEIRO**

“Apesar do discurso sobre o agronegócio moderno, a realidade é outra”, apontou o professor Fernando Carneiro



“Cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano. Até quando vamos engolir isso?”. É com este slogan que a Campanha Permanente contra o Uso de Agrotóxicos e pela Vida pretende mobilizar a sociedade sobre os perigos da utilização de agrotóxico. Lançada pelos movimentos sociais e pesquisadores no dia mundial da saúde (7 de abril), a campanha está realizando atividades por todo o país, de modo a pautar outro modelo de produção agrícola. De acordo com dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Brasil, pelo segundo ano consecutivo, é o maior consumidor de agrotóxicos do planeta. Além destes dados, o professor do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB) Fernando Carneiro aponta os males que esta prática traz ao nosso dia a dia e ao desenvolvimento da sociedade.

Qual a importância do lançamento desta campanha, especialmente quando o Brasil é considerado um dos maiores produtores de alimentos do mundo?

Diante de um contexto mundial, no qual o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos e um dos maiores exportadores de commodities do mundo, a campanha exerce impactos tanto na área de saúde como em questões do território brasileiro. Existe um discurso ufanista em relação às consequências do uso e consumo de agrotóxicos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 40% da população sofre algum tipo de insegurança alimentar, mesmo o país sendo uma potência na produção de alimentos, ou seja, trata-se de uma imensa contradição. Em conjunto com a omissão do setor público e o grito da sociedade sobre o ônus destas práticas, surge a campanha.

Quais os males à saúde e à sociedade?

Temos acompanhado diversos estudos e, um deles detectou a contaminação do leite materno por agrotóxico, afetando diretamente o sistema imunológico dos bebês. De acordo com o Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA), da Anvisa, 64% de amostras de produtos apresentam contaminação. O pimentão, por exemplo, possui índice de quase 80% de agrotóxicos. Outro agravante é a pulverização destes venenos. No Brasil, existem casos de

comunidades que foram inteiramente pulverizadas e, conseqüentemente, contaminadas. Apesar do discurso sobre o agronegócio moderno, a realidade é outra. Há um mito que quem contamina é o pequeno agricultor, mas identificamos altos índices de contaminação oriundos da monocultura.

Além de uma fiscalização mais rígida, o que mais pode ser feito?

Embora negligenciada, é preciso intensificar a fiscalização por parte das secretarias estaduais de agricultura e atuar as irregularidades. Nós, da área de saúde, identificamos apenas o final da cadeia: a intoxicação. A pulverização, por exemplo, além de destruir hortas, traz sérios riscos à saúde. O segundo maior produtor de grãos do Brasil, o município de Lucas do Rio Verde (MT), sofreu há alguns anos um acidente ambiental dentro de sua área urbana, que contaminou plantações inteiras de pequenos agricultores. Por isso, defendemos a proibição das pulverizações, além de sermos contra os incentivos fiscais para o uso de agrotóxicos.

O sistema de saúde brasileiro está preparado para identificar casos de intoxicação por agrotóxicos?

Esse tipo de diagnóstico exige preparo do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, o órgão registra cerca de 6 mil notificações ao ano, quando existem

previsões deste número chegar a 300 mil. É preciso investir em bancos de informações qualificados. O Brasil não se preparou e faltam investimentos, que poderiam ser aplicados, por exemplo, em um amplo sistema de fiscalização em conjunto com o Ministério da Saúde e os municípios. O custo para o SUS é muito alto e nesse modelo o lucro é capitalizado e o custo socializado.

Além de maior rigor na identificação e tratamento dos casos, o que mais pode ser feito para amenizar os efeitos nocivos dos agrotóxicos?

Assim como o atual modelo de agronegócio teve crédito público, a agroecologia também deve ter, pois não contamina o meio ambiente e nem os trabalhadores; respeita a biodiversidade; rompe com esse modelo de exploração e coloca a sustentabilidade em pauta.

Movimentos sociais lançam campanha nacional contra o uso de agrotóxicos, com o objetivo de alertar a população sobre os efeitos destas substâncias